

37° Encontro Anual da ANPOCS.

ST 32 – Teoria e Prática das Relações Sul-Sul.

Lula e Chávez, dois projetos de integração regional.

Cleber Batalha Franklin

Lula e Chávez, dois projetos de integração regional.

Este trabalho tem como objeto comparar dois modelos de integração regional na América do Sul, com extensão para a América Central e o Caribe, durante a primeira década do século XXI. De um lado, a *Revolución Bolivariana* encabeçada pelo Presidente Hugo Chávez, e de outro o pragmatismo do Presidente Lula da Silva. Ambos os processos ainda estão em curso, entretanto, percebe-se uma preponderância do modelo brasileiro. Visto que, mesmo com o fim do mandato presidencial de Lula da Silva, nota-se uma continuidade do projeto de integração centrado no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Marco deste continuísmo foi a entrada da Venezuela como membro pleno do Mercosul (2012).

No caso venezuelano, antes mesmo da morte do Presidente Hugo Chávez (março de 2013), o projeto já vinha dando sinais de desgastes. Em parte devido ao agravamento do estado de saúde de Chávez e a consequente paralisação das articulações externas. Em parte devido ao esgotamento de suas propostas integracionistas baseadas em dois princípios: ideologia e petróleo.

O projeto brasileiro está respaldado na Constituição Federal de 1988. Esta, mesmo criticada por ser detalhista e ter uma agenda muito abrangente, é um marco na história recente do Brasil porque, além de representar o retorno a democracia, estabelece a base da política externa do Estado brasileiro. Assim, em seu Artigo 04º, Parágrafo único, determina: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”¹.

Diante dessa obrigatoriedade a integração regional afirma-se como uma política de Estado. Esta opção pelo entorno, ou seja, pela circunstância² determina uma continuidade da política externa que se inicia com a Política Externa Independente

¹ Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em agosto de 2013.

² Para Reis (1997, pp. 2-3) “a América Latina- mais do que nossa esfera imediata de ação – é nossa *circunstância* e, como tal, a instância formadora de nossa sensibilidade diplomática e, hoje, plataforma por excelência de nossa inserção internacional”.

(1961-1964). No entanto, durante um longo período, o Brasil adotou em relação aos seus vizinhos uma estratégia intervencionista em relação à bacia do Rio da Prata e isolacionista em relação à bacia do Rio Amazonas. Sua intenção era a garantia das suas fronteiras, esboçadas com o Tratado de Madrid (1750). No aspecto comercial seus interesses estavam voltados para a Europa e para os Estados Unidos. Somente com o fim da II Guerra Mundial e o surgimento da política nacionalista de industrialização que o país descobriu a possibilidade de incrementar laços econômicos com os vizinhos. Em parte, pela decepção pelo tratamento dado após o conflito mundial quando o Brasil, sendo o principal aliado ocidental na América Latina, não obteve as mesmas vantagens econômicas cedidas pelos Estados Unidos aos demais vencedores e até mesmo aos inimigos derrotados.

Atitudes que levaram ao governo de Juscelino Kubistcheck (1956-1961) a propor mudanças importantes na política externa brasileira, como a iniciativa da proposta da Operação Pan-Americana. Bem mais que o temor pela infiltração soviética os governos latino-americanos elegeram as desigualdades sociais como o seu principal inimigo. Isto implicava na esperança de ter relações econômicas privilegiadas com os Estados Unidos como compensação pelo alinhamento automático para a segurança hemisférica.

Entretanto, a resposta americana via Aliança para o Progresso, foi tímida, nada comparada aos programas de reconstrução aplicados na Europa e no Japão. Com um forte endividamento e uma inflação alta as opções foram: procurar estreitar os laços com os países vizinhos com a instalação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), abrir novos mercados para os seus produtos como a reativação de seu comércio com a URSS, China e com os países do leste europeu, apoiar o processo de descolonização buscando inserir nos novos mercados africanos e asiáticos.

No caso brasileiro foi o período da breve experiência da Política Externa Independente, interrompida com o golpe de 1964. Esta foi substituída pelo alinhamento automático com os Estados Unidos, que, como ocorreu no final da II Guerra Mundial, o Brasil procurava auferir vantagens econômicas. No entanto, pela segunda vez, o país foi acometido pela sensação de desamparo quando Washington não lhe concedeu um tratamento preferencial ao cumprir com uma agenda que incluiu o rompimento das

relações com a China e com Cuba, além do envio de tropas para a República Dominicana (1965). Em relação à América Latina as relações iram passar por um período de desconfiança, onde o Brasil era visto como subimperialista. É o período de muita rivalidade com a Argentina pela questão do aproveitamento das águas do Rio Paraná e da disputa pela influência na Bolívia e no Paraguai.

Já no governo do Presidente Costa e Silva (1967-1969) inicia-se um distanciamento da política externa brasileira em relação aos Estados Unidos, que irá aprofundar no governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Arrefecido com as críticas enquanto o desrespeito aos direitos humanos provenientes do governo do Presidente Jimmy Carter (1977-1981). Período da implantação do Pragmatismo Responsável e Ecumênico.

Em linhas gerais, enquanto no nível doméstico, Geisel procurava consolidar o seu poder administrando a abertura lenta, segura e gradual; sua política externa buscava ampliar a agenda do país: como exportador de bens de capital e de armas para compensar os elevados custos do petróleo, pela busca de novas parcerias estratégicas como a cooperação nuclear com a então Alemanha Ocidental, e até antecipando ações compatíveis com os novos paradigmas políticos ao negociar o Tratado de Cooperação Amazônico (TCA). Este apesar de não tratar de questões comerciais possibilitou uma maior aproximação econômica dos países amazônicos, como foram às facilidades auferidas pelo Peru junto ao Brasil para intermediar a adesão venezuelana. Além das posições adotadas nos fóruns mundiais: reatamento das relações com a China, condenação do sionismo como forma de racismo, o que possibilitou uma aproximação com os países árabes e a consequente diminuição da dependência energética, e o reconhecimento da independência de Angola, o que favoreceu a inserção brasileira no continente africano.

Porém muitas dessas ações de política externa foram ofuscadas pela intensificação dos desajustes financeiros o que levou a uma crise econômica que iria se estender até meados da década de 1990. A sensação de impotência diante da prolongação da crise e os graves efeitos sociais da mesma marcaram os anos de 1980 como a década perdida. Neste período dois acontecimentos vieram marcar a política externa brasileira: a

Guerra das Malvinas e o embate entre o Brasil e os Estados Unidos sobre a reserva de mercado para a informática.

A recuperação por parte da Argentina do arquipélago das Malvinas (ou Falklands pelos britânicos) em uma operação militar que teve, entre outras motivações, afluir para o governo militar a opinião pública devido ao fracasso econômico paralelo a uma ditadura repressiva. A posição dos Estados Unidos em apoiar incondicionalmente o Reino Unido, inclusive cedendo bases e informações estratégicas, levou a quase unanimidade dos países da América do Sul a uma percepção de que o arranjo pan-americano de segurança posterior a II Guerra Mundial era letra morta diante dos interesses maiores representados pela aliança atlântica. Assim, restou à Argentina contar com o auxílio de seus vizinhos. E mesmo que o Brasil não tenha se alinhado plenamente com o país austral, sua posição serviu para dirimir os atritos provocados pelo aproveitamento das águas do Rio Paraná e do crescimento da presença brasileira na Bolívia e no Paraguai. Desta forma, quando do governo do Presidente José Sarney e do Presidente Raúl Alfonsín alargaram o caminho para um entendimento mais profundo, este já estava aberto.

Quanto às relações com os Estados Unidos continuava as pressões em contra o acordo nuclear com a Alemanha, e além do mais, uma nova frente de desentendimentos se abriu com a reserva de mercado brasileiro para produtos de informática. Esta frente retrata com atua Washington em relação às cláusulas comerciais: de um lado o veto governamental para a compra por parte de instituições de pesquisa de computadores velozes, justificado pelo temor que estas máquinas teriam uma utilização dual. E, por outro lado, a defesa do livre comércio quando se tratava de computadores pessoais.

Neste período ocorreram várias ações retaliativas como sobretaxas a produtos brasileiros e a apresentação do Consenso de Washington como receituário a ser empregado. Do lado brasileiro ocorreram a busca de novos parceiros como o Iraque e a aplicação de vários planos econômicos. Entretanto, mesmo com uma série de medidas para controlar a inflação e possibilitar negociações mais favoráveis aos empréstimos externos, a situação econômica brasileira deteriorava visivelmente, inclusive com a decretação de moratória no início de 1987. Situação que continua descontrolada mesmo com a eleição e posse do Presidente Fernando Collor de Mello.

Uma das políticas adotadas por Collor de Mello para tentar aliviar as pressões internas oriundas de anos de inflação mais o confisco de uma boa parte da poupança nacional foi dar um choque de abertura comercial. A diminuição das tarifas de importação permitiu a entrada de produtos que no início detiveram a inflação. No entanto estas ações foram implantadas de forma indiscriminada o que levou a setores não preparados para a concorrência internacional a perda acentuada de competitividade, ou seja, desemprego e falências. Também não foi negociado nenhum tipo de compensação comercial com os países que saíram favorecidos com o processo de abertura comercial. E mesmo ações de política externa como o término das negociações para a implantação do Mercosul (1991) e sediar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992, a Rio 92, não foram suficientes para evitar a síndrome de exclusão que, segundo Abdenur (1994, p. 32) “reflete-se, de forma negativa, na avaliação que fazem os brasileiros a respeito de sua expressão internacional. Ouvem-se, com regularidade, avaliações de que o Brasil estaria sempre mais à margem das principais tendências políticas e econômicas do cenário internacional”.

No meio dessa crise econômica e de poucas expectativas no âmbito externo o país passou pelo trauma de ter o primeiro presidente eleito pelo voto popular afastado de suas funções por denúncias de corrupção. No entanto, o governo tampão do Presidente Itamar Franco (1992-1994) adotou medidas que possibilitou o início da recuperação econômica, após a implantação do Plano Real. E um posicionamento na esfera internacional voltado para o seu entorno, com a consolidação do Mercosul e a tentativa da Iniciativa Amazônica, ação complementar ao TCA que propunha ações de integração física para facilitar as trocas comerciais regionais.

Os governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram marcados pela indefinição enquanto paradigmas, ou seja, pela mistura entre medidas liberalizantes internas combinadas com medidas cautelares em política externa. Em seu primeiro governo, tentou uma reforma do Estado que se tivesse alcançado as metas propostas teria sido a mais profunda da história republicana. No campo externo procurou consolidar as alianças regionais objetivando contrabalançar a iniciativa norte-americana da Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Já no seu segundo mandato, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que permitiu um maior equilíbrio das contas públicas, e a implantação de programas de distribuição de renda, atraíram novos investimentos externos e ao mesmo tempo permitiram um crescente superávit na balança comercial. Este quadro projetou o país na esfera internacional, principalmente, no plano regional. Medidas concretas foram adotadas como a conclusão do gasoduto Bolívia-Brasil e a institucionalização da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA). Fruto de uma reunião entre os presidentes sul-americanos realizada em agosto de 2000, em Brasília, a IIRSA divide o subcontinente em dez eixos de integração, divididos em três setores: transportes, comunicações e energia; cujos projetos estão sendo financiados em parcerias pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela *Corporación Andina de Fomento* (CAF) e pelo *Fondo Financiero para El Desarrollo de la Cuenca del Plata* (FONPLATA).

Outra proposta que nasceu na cúpula presidencial de 2000 foi a de uma associação política sul-americana. Proposta que ganhou corpo durante a III Reunião de Chefes de Estado Sul-Americanos, realizada em Cuzco, em dezembro de 2004, com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Esta teve o nome alterado para União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), quando da II Reunião Extraordinária, em 2007.

Estes esforços por parte dos países sul-americanos tiveram a iniciativa ou, no mínimo, o apoio decisivo do Brasil. E apontam para os princípios de política regional brasileira: multilateralismo e institucionalismo. A estratégia brasileira em privilegiar primeiro os arranjos sub-regionais para depois, em bloco, negociar um acordo mais amplo com o país mais rico do mundo parece que vem surtindo os objetivos esperados. Neste período o Brasil que já era um *global trader* passou a se comportar como um *global player*.

A vitória eleitoral, em 2002, de Luis Inácio Lula da Silva para a Presidência da República foi recebida com temores por parte de setores empresariais tanto nacionais como internacionais, o que levou a uma fuga de capitais acompanhada pela elevação da taxa básica de juros e da taxa do dólar. Esses temores foram provocados pela presença de setores mais a esquerda no bloco governante, o que poderia levar às experiências parecidas como as de Hugo Chávez na Venezuela ou a instabilidade política argentina.

Este país, no período de dezembro de 1999 a maio de 2003, teve cinco presidentes até a posse de Nestor Kirchner.

Entretanto, com um governo composto por políticos de diversos matizes e tendo uma política econômica equilibrada reverteu à situação através do incremento do comércio exterior, obtendo superávits recordes ao longo de seus mandatos, o que permitiu concentrar-se em uma atuação maior no âmbito internacional. Assim, pode-se dedicar a pretensão brasileira de ter um acento permanente no Conselho de Segurança da ONU e a formação da UNASUL. E, paralelamente, defender os interesses comerciais brasileiros em fóruns como a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No entanto, a política externa do Presidente Lula, como no campo doméstico, procurou conciliar diversa tendências: propagar a importância da Amazônia para o país e para a América do Sul e, ao mesmo tempo, esvaziar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Habilmente, conduziu as negociações derivadas dos problemas provocados pela nacionalização do gás na Bolívia e pela solicitação por parte da Venezuela de ser um membro pleno do Mercosul (ambas em 2006). Para Vizentini (2008, p. 110) “o que se observa é o retorno da América do Sul ao protagonismo diplomático e ao processo de integração, com a afirmação paralela de agendas internas de desenvolvimento econômico e social. A atuação diplomática sul-americana, além disso, não se refere apenas ao plano regional, mas a uma atuação concertada no âmbito mundial”.

Por outro lado, conforme comenta Vigevani e Cepaluni (2011, p. 179) “para a sociedade brasileira e suas elites, entender as perspectivas do Mercosul tem a ver com o debate sobre o futuro da posição do Brasil no mundo”. O que aponta para uma baixa sensibilidade para as questões regionais, principalmente quanto ao assumir os custos inerentes ao papel de líder. Acompanha estas percepções os diferentes matizes quanto aos processos e a velocidade de implantar os mesmos, tanto no interior do governo quanto nos vários setores sociais envolvidos³.

³ Para informações sobre as dimensões políticas da integração regional consultar a Saraiva (2010).

Antes de uma análise sobre a atuação regional da política externa venezuelana, durante o período do Presidente Hugo Rafael Chávez Fría, vale lembrar um pouco da história política do país, onde se apresenta algumas características presentes, como aponta Romero (2006, p. 8) “Lo que coloca a Venezuela con un caso singular es tu tendencia a un activismo que en muchas ocasiones ha estado fundado en la creencia de que el modelo venezolano debe ser imitado por el resto de los países del globo”.

Postura que remonta ao período das guerras de independência e ao heroísmo de Simón Bolívar (1783-1830). Explorada durante a difusão do *Nuevo Orden Económico Internacional* (NOEI)⁴. Neste período, anos da década de 1970, o Presidente Carlos Andrés Perez (1974-1979), em seu primeiro mandato, procurou uma política externa autônoma e intervencionista como o apoio declarado, inclusive com armas, a Revolução Sandinista na Nicarágua.

Outra imagem explora pela *Revolución Bolivariana*, é o componente indigenista e indianista⁵ como fator revolucionário, ou seja, o retorno ao passado glorioso da *Gran Colombia*, ou a grande pátria indígena e liberta. Componente com grande aceitação em países como a Bolívia e o Equador, cujas populações possuem grandes proporções de etnias ameríndias.

Assim, nascia o llanero Chávez, o natural da região dos Llanos, uma vasta planície no centro do país cortado por vários rios, entre eles o Rio Orenoco, tipicamente rural e que forneceu excelentes guerreiros aos exércitos de Bolívar e que, na alma venezuelana, representa a liberdade e a bravura. Somando a esta imagem nativa, Chávez também aproveitou do efeito midiático obtido em 04 de fevereiro de 1992.

Até aquele dia, era o então desconhecido Tenente Coronel Hugo Rafael Chávez Frias. Uma vez sufocada a tentativa de golpe, e antes de ser levado para o cárcere, disse diante de todo o país uma das frases mais emblemáticas da política venezuelana contemporânea: *por ahora*. Muitos o consideraram arrogante e pretensioso, pois enfrentara a elite política venezuelana. Esta forjou um bem sucedido, pelo menos na aparência, modelo político centrado em partidos políticos fortes, economicamente

⁴ Sobre a NOEI consultar Hardy (1991).

⁵ Para aprofundar sobre as diferenças entre o indigenismo e o indianismo consultar Solano (2005).

dependente da renda do petróleo e um papel secundário para os militares; também conhecido como *Pacto de Punto Fijo*.

É bom aclarar que no período de 1899 até 1958⁶ o país esteve nas mãos de militares que a partir de então deu início ao processo de modernização das forças armadas e de sua relação pretoriana com a sociedade. Já durante o governo do General Eleazar López Contreras (1935-1941) iniciou-se o culto a Simón Bolívar, o *Padre de La Pátria*, como tipo ideal de líder guerreiro e de governante. Este culto contribuiu para a solidificação do pretorianismo bolivariano que, para alguns autores⁷, fora uma das características centrais do governo Chávez.

A democracia que emergiu em 1959, com a posse do presidente eleito Rómulo Betancourt, prometia elevar a então republiqueta petroleira em uma potência regional, antítese dos regimes militares sanguinários no continente e da ditadura de Castro no Caribe. Mas, passadas três décadas, sete presidentes eleitos e o controle da vida do país em mãos de dois partidos: *Acción Democrática (AD)* e *Comite para la Organización Política Independiente (COPEI)*⁸, muitos venezuelanos haviam perdido a esperança na política para reverter o trágico quadro que se transformou a economia e a vida social de seu país, sendo visível o deterioro das condições de vida de uma grande parcela da população.

O primeiro sinal que o sistema estava deteriorando foi durante o governo de Luis Herrera Campins (1978-1984), no episódio conhecido como “Viernes Negro” (18/02/1983), quando após muitos anos permanecer estável o Bolívar foi desvalorizado

⁶ Exceção ao período de 1945 a 1948, quando da junta de governo presidida por Rómulo Betancourt e o curto mandato do Presidente Rómulo Gallegos (15/02/1948 a 24/11/1948), quando foi deposto por uma junta militar já moldada pela Guerra Fria e pelo papel dos militares como “Director de la política nacional y rector del desarrollo del país” (ROLANDO e PACHECO, 2005, p. 59).

⁷ Para maiores informações sobre o culto a Bolívar e a sua utilização por Chávez consultar a Bottó (2005) e Irwin (2005).

⁸ Ideologicamente AD há sido classificada como social democrata e COPEI como democrata cristão. Na opinião de Arvelo (1992), esse período ficou conhecido como populismo leninista ou “Cogollocracia”, visto que os partidos políticos venezuelanos se estruturavam como partidos leninistas e a suas direções desempenhavam um papel semelhante ao Politburo os chamados “Cogollos” e que definiam a composição das listas eleitorais.

frente ao Dólar. E às medidas econômicas adotadas além de inócuas acabaram desfavorecendo aos setores sociais mais desprotegidos.

Entretanto, a pior crise teve início em 27 de fevereiro de 1989, poucos dias após o início do segundo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), quando ocorreu uma revolta popular contra o anúncio da adoção de medidas econômicas recessivas. O velho CAP, como também era conhecido, eleito prometendo um governo de fartura e luxúria como no seu primeiro mandato nos saudosos anos setenta que financiado pela alta do petróleo cumpriu uma política nacionalista estatizando a indústria petrolífera e a exploração do ferro. Naqueles dias a sensação era de que a distribuição da renda que sempre há sido desigual havia chegado a todos. Foram anos de fartura para o consumo e para os investimentos públicos que com o passar dos anos revelaram-se fontes de corrupção. Infelizmente as promessas duraram apenas 25 dias e o acordar foi o pesadelo da falência política do país que custou um número indeterminado de mortos que, todavia, ainda não se sabe o número preciso. O emprego de tropas do exército provocou em parte da oficialidade um descontentamento que influenciaria nas tentativas de golpe em 1992. Revelando que a mistura de práticas populistas com o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) mais um sistema de corrupção escancarada é altamente perigosa.

Prova disso foram as duas tentativas de golpes de Estado em 1992 (04 de fevereiro e 27 de novembro). Ambas tiveram em comum o distanciamento dos militares golpistas em relação à sociedade civil e às lideranças políticas. Enquanto na primeira os seus líderes eram jovens oficiais que souberam explorar a mídia, na segunda, apesar da participação de patentes mais elevadas, nenhuma personalidade destacou-se. O povo assistiu passivamente os acontecimentos.

No entanto, ficou como símbolo dessas aquarteladas a figura do Comandante Chávez, que então passou a ser considerado o principal componente do *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR – 200). Este foi fundado em 1983, bicentenário do nascimento de Simón Bolívar, a princípio estava mais comprometido em resgatar no seio do exército os ideais bolivarianos conjugados com as tentativas de governos militares mais independentes como o implantado no Peru, após golpe de 03 de outubro de 1968, comandado pelo General Juan Velasco Alvarado. De suas fileiras saíram os principais oficiais golpistas.

Em 1993, com o país mergulhado em uma profunda crise, CAP é afastado por corrupção acompanhada de prisão domiciliar o que provocou a sua morte política. Por fim a eleição do Dr. Rafael Caldera (1994-1999). Caldera, foi um respeitado intelectual e humanista venezuelano, fundador e por anos líder incontestável do COPEI e que tinha sido presidente da república pela primeira vez entre 1969 e 1973, quando a sua eleição foi festejada como sendo o coroamento do modelo democrático venezuelano, pois foi o primeiro presidente opositor a assumir o cargo. Já estava praticamente afastado da política quando com uma plataforma independente levou-o a ganhar as eleições como uma saída conciliatória para a crise política. Só que, desde o início, o seu governo foi de fato um híbrido, pois a estrutura política continuava nas mãos dos partidos tradicionais, o que arrastou o país para uma situação de total descrédito institucional. Restou aguardar a eleição presidencial de 1998 cujos candidatos não despertavam no eleitorado nenhuma confiança. Até que, transvestido de llanero e com um discurso ingênuo e patriótico, *El Comandante* foi crescendo nas pesquisas até ganhar a sua primeira eleição assim cumprindo a promessa feita em 04 de fevereiro de 1992 na porta da prisão.

A sua primeira missão foi convocar uma assembleia constituinte e promulgar a nova constituição venezuelana. Eleito para um novo mandato e com o apoio de uma ampla base parlamentar iniciou uma série de reformas que passariam a ser conhecidas como *El Socialismo del Siglo XXI*. Assim, durante os primeiros anos de seu governo, Chávez conseguiu despertar em vários segmentos sociais uma mistura de ódio e temor principalmente em muitos dos antigos atores políticos, pois os mesmos estavam acostumados a tratar o público como se fora o privado. Para setores da classe média, Chávez, ao invocar com a sua imagem e com o seu discurso o passado rural, representava o oposto da modernidade sedimentada na memória de uma nação até então confiante em seu futuro, cujos símbolos eram as torres petroleiras e democráticas do Parque Central.

Já que nas urnas era impossível derrotar o atrevido filho de um professor primário, outras vias foram utilizadas: greves, manifestações públicas, forte propaganda na mídia e o golpe de 11 de abril de 2002. Neste dia, uma grande marcha promovida pela oposição foi desviada para a sede do governo sem prévia autorização e que, ao encontrar com simpatizantes governistas, terminou em um conflito armado com vários mortos e feridos na região central da capital.

No início da noite iniciaram-se os pronunciamentos militares conclamando a desobediência ao governo e a demonstração de uma farsa, visto que, alguns dos pronunciamentos já haviam sido gravados pela manhã antes mesmo do início da manifestação. Farsa que foi progredindo até a difusão da renúncia de Chávez e sua fuga para a embaixada cubana. Na realidade, ele estava detido na sede do Ministério da Defesa, e na madrugada do dia 12 de abril foi transferido para uma pequena ilha em pleno Caribe.

Poucos acreditaram na renúncia e uma vez considerado vago o cargo o então presidente da *Federación de las Cámaras Empresariales de Venezuela* (FEDECAMARAS), e um dos principais líderes da oposição, o Sr. Pedro Carmona apoderou-se da Presidência da República e como primeiro ato decretou a exoneração de todos os deputados da *Asamblea Nacional*, das assembleias estaduais e dos conselhos municipais; de todos os magistrados do *Tribunal Supremo de Justicia*, de todos os ministros e governadores e por fim, não satisfeito, mudou o nome da República e cancelou a constituição de 1999.

Então, um novo ator apareceu em cena sem ser convidado – o povo. Dos *barrios*, como são conhecidas as favelas em Caracas, começaram a protestar contra a falsa renúncia do Comandante. Depois aos clamores, já nas avenidas da cidade, queriam saber do paradeiro dele. Por fim, nas portas dos quartéis e do palácio presidencial queriam o seu retorno.

Mesmo com a indiferença de governos importantes para a Venezuela como os Estados Unidos, a Espanha e a Colômbia, a indisposição dos militares golpistas em dispersar os seguidores do presidente deposto facilitou a ação da maioria legalista das forças armadas para na madrugada de 13 de abril retornar a Caracas com o abatido Hugo Chávez. Na opinião de Dieterich (2006) a mobilização popular foi uma condição necessária, mas não suficiente para repelir o golpe. Necessária porque demonstrou aos militares legalistas que estes teriam caso necessário o apoio popular. Para ele, o General Raúl Isaiás Baduel, então comandante da Brigada Paraquedista de Maracay, exerceu um papel fundamental ao não reconhecer o governo Carmona e ao divulgar o “Manifiesto de la Operación Rescate de la Dignidad Nacional”, disposto a marchar sobre Caracas.

Inusitado neste fato da história política latino-americana foi o retorno após três dias de Chávez ao Palácio de Miraflores nos braços do povo e de uma significativa parcela do exército. Nos primeiros dias ainda se recuperando do susto manteve uma

postura conciliatória e talvez tenha cometido o seu mais grave erro político ao anistiar de antemão os líderes do golpe. Recuperado começou uma campanha verbal de ataque e de desqualificação aos seus oponentes. Mas em momento algum fez referências ao papel dos Estados Unidos.

Outro ataque foi desfechado entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003 quando uma greve geral provocou inúmeros transtornos à população e prejuízos significativos ao país. A vital produção petroleira foi paralisada como uma parte significativa do comércio e de outros ramos da economia. Várias manifestações de rua ocorreram, principalmente em bairros de classe média, acompanhadas pela rebelião de um grupo de militares, composto por membros de todas as forças e de todas as patentes, que tomaram uma praça da capital onde permaneceram por vários meses sem provocar traumas entre os companheiros de armas e sem mobilizar a população, até o seu completo esvaziamento.

Também uma verdadeira guerra de informações foi pugnada nas mídias do país com destaque para os canais privados de televisão que propagaram uma forte oposição ao governo. Há que destacar que o governo, mesmo acuado e ameaçado, manteve o estado de direito e a liberdade de imprensa. Mais uma vez foram derrotados, desta vez com a presença de observadores internacionais qualificados como o então Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) César Gaviria e do ex-presidente americano Jimmy Carter.

O apoio da maioria das nações latino-americanas a legalidade do mandato de Chávez foi fundamental para que Carmona não fosse legitimado. Na paralisação de 2002, vários países propiciaram apoio logístico ao governo e a formação de um grupo de países para servir de mediador na busca de uma saída para o impasse. Emblemático foi o envio pelo Brasil de um navio petroleiro que com a sua carga auxiliou no funcionamento do país. Como era o período de transição entre os mandatos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, ambos foram consultados e concordaram com a operação indicando que haveria uma continuidade na política para a Venezuela.

Para Garcia (2003), o Presidente Lula antes mesmo de sua posse demonstrava preocupações quanto à crise venezuelana por representar uma grave ameaça à política regional podendo ter inaugurado um novo ciclo de instabilidade. Por iniciativa brasileira foi criado o Grupo de Amigos da Venezuela formado pelo Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos e Portugal. Esse grupo contou com o apoio da OEA e teve como princípios o respeito à constituição venezuelana e a busca de uma saída eleitoral para a

crise. Mesmo assim, a oposição utilizando de um mecanismo garantido na constituição iniciou uma longa batalha judicial com o recolhimento de assinaturas e propôs um plebiscito revogatório que por fim foi vencido por Chávez.

Em se tratando de relações exteriores, o Presidente Chávez manteve uma agenda independente diante dos fortes interesses associados aos Estados Unidos. Desde o trágico cataclismo ocorrido no Estado Vargas, em dezembro de 1999, quando fortes chuvas provocaram grandes desmoronamentos inundando a cidade de La Guaira e enterrando milhares de vítimas, ocorreu um atrito com os Estados Unidos, quando Chávez proibiu o desembarque de soldados americanos que vieram colaborar na desobstrução das áreas atingidas.

Meses depois a proibição de Caracas para voos de observação em seu território de aeronaves americanas como parte do Plano Colômbia. Mais as visitas ao Iraque, à Líbia e ao Irã e a aproximação com Cuba colocaram as relações com a Casa Branca no mais baixo patamar das últimas décadas. Sinais como o embargo imposto à venda de aviões super-tucanos pela Embraer à Venezuela e a aprovação da venda dessa mesma aeronave para a Colômbia, demonstram o grau de descontentamento reinante em Washington. Para Kelly e Romero (2005), as relações entre a Venezuela e os Estados Unidos até o governo de Chávez sempre foram muito próximas apesar das desavenças como a política de nacionalização da indústria petrolífera e o papel desempenhado pela Venezuela de conciliador nos conflitos regionais na América Central e Caribe como a Revolução Sandinista na Nicarágua e a invasão de Granada. Entretanto, na área econômica, Caracas vem cumprindo os contratos de fornecimento de petróleo e os pagamentos da dívida com as agências internacionais.

Não há dúvida que uma das principais características de Hugo Chávez foi a sua capacidade de polarização. Muitas de suas ações e opiniões foram interpretadas em extremos. Internamente, devido ao seu carisma, a sua grande habilidade de comunicação e de comoção social propôs a redefinição do sistema político venezuelano com a promulgação de uma nova constituição e uma série de processos eleitorais. Externamente, enfrentou a hegemonia dos Estados Unidos no plano hemisférico construindo alianças regionais, principalmente com Cuba, e aproximando-se de governos como o Iraque de Saddam Hussein, a Líbia de Muammar al-Gaddafi e o Irã de Mahmoud Ahmadinejad. . Daí a posição de autores como Aurellano (2013, p.9) “las razones que

motivaron la solicitud de transformación de miembro asociado a miembro pleno del MERCOSUR por parte del gobierno de Venezuela son, en esencia, de naturaleza político-ideológicas”.

Desde a sua primeira vitória eleitoral, Chávez reposicionou a Venezuela no cenário regional e mundial. Reforçou o seu tom mais a esquerda após o golpe de Estado sofrido em 2002. O que levou a um maior acercamento com Cuba. Esta aproximação com os irmãos Castro moldou em parte o *Socialismo del Siglo XXI* e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA). Fundada como *Alianza Bolivariana para las Américas*, em dezembro de 2004, de início foi uma resposta ao projeto norte-americano da ALCA. Transformou-se em uma internacional socialista no âmbito latino-americano e caribenho. Entre os seus membros estão, além da Venezuela e de Cuba: Antigua e Barbuda, Bolívia, Dominica, Equador, Honduras, Nicarágua, São Vicente e Granadinas.

Outra estratégica desenvolvida pelo governo de Hugo Chávez e a utilização do petróleo e de seus derivados como um importante fator político. Assim, em 2004, nascia a PetroCaribe, um acordo de cooperação energética implementado pela PDV Caribe, filial da PDVSA. Este acordo tem como objetivos facilitar o acesso de petróleo e derivados venezuelanos a treze nações latino-americanas e caribenhas, através de preços diferenciados, financiamentos especiais e auxílios para implantação de refinarias e depósitos. Atualmente pertencem ao acordo além da Venezuela: Antigua e Barbuda, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, São Cristovão e Neves, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia e Suriname.

Entre os trinta e cinco Estados que compõem a Organização dos Estados Americanos (OEA) vinte fazem parte da ALBA ou do PetroCaribe. Dos quinze sócios plenos do *Caribbean Community* (Caricom) apenas dois não aderiram ao PetroCaribe. E dos oito membros da OTCA cinco estão envolvidos em uma das duas iniciativas. Por conseguinte, a estratégia integracionista de Caracas, tem atraído um significativo número de adeptos, inclusive com a exportação de seu ideário quando da nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, em 2006. Esta política energética entrou em divergência com a política brasileira de incentivar o uso de combustíveis renováveis.

Para alguns autores⁹ este incremento político da Venezuela no espaço regional é uma estratégia na disputa com o Brasil pela liderança regional. Para ambos esta disputa não representa uma hegemonia tradicional, e sim a coordenação dos diversos interesses nacionais para avançar na maior meta: a inclusão social. Entretanto, diferenças fundamentais impediram uma maior convergência: o maior peso da diplomacia brasileira na formulação da política externa em relação à diplomacia venezuelana, o sistema político brasileiro centrado no presidencialismo de coalizão, enquanto o venezuelano retornava a uma tendência centralizadora mais o caráter personalista de Chávez e o maior ativismo da política externa venezuelana quando comparado ao pragmatismo da política externa brasileira. Ambos os governos perceberam a necessidade de uma aproximação, a divergência estava no grau de aceleração da mesma.

Já para a Venezuela a aproximação com o Brasil tencionava equilibrar duas frentes: uma diplomática, diante dos problemas fronteiriços com a Colômbia e com a Guiana, jogar pelo menos com a neutralidade brasileira; e uma geopolítica, ao abrir o eixo sul de integração, o eixo amazônico, presenciar o Estado na metade de seu território. Estrategicamente voltada para o Caribe, via natural de escoamento da sua maior riqueza - o petróleo - a construção por parte do Presidente Hugo Chávez de um regime centralizador, popular e autoritário; repercutem em governos amazônicos como o da Bolívia e do Equador, visto que, o modelo revolucionário venezuelano é expansivo.

No entanto somente com o Brasil que a Venezuela não tem problemas de fronteiras. Com a Colômbia basta a situação interna desse país para Caracas tratar a sua frente andina como a mais preocupante e ao mesmo tempo a menos confiável. Pelo lado da Guiana, Venezuela não abre mão da disputa territorial do Essequibo. Resta o Brasil, representado pela frente amazônica, cujos interesses estratégicos poderão ser compartilhados com mais comprometimento desde que ocorra um fortalecimento das relações e a convergência de interesses.

Portanto, muito mais que uma parceria, a intensificação das relações entre o Brasil e a Venezuela configurava uma aliança regional próxima, em densidade, aos avanços ocorridos no Mercosul. Então, blindando a Amazônia de qualquer tentativa

⁹ Villa (2007), Arellano (2009), Galvão (2011) e Serbin (2011).

intervencionista. Porém, com as mudanças políticas implantadas pelo Presidente Hugo Chávez surgiu novos desafios para a segurança regional:

“A política externa da Venezuela passou a dar uma alta prioridade às relações com a América como um todo, e, especialmente, a América do Sul, o que tem resultado numa dinâmica dupla de cooperação e conflito com alguns países sul-americanos, especialmente com o Brasil, embora com este último país o conflito seja mais encoberto do declarado”. (VILLA, 2007, p. 5)

Em relação ao Brasil, visto como “el gigante del sur”, o quase impenetrável maciço guianês como garantia de possíveis ameaças. Todavia, foi justamente por este espaço que penetraram os garimpeiros brasileiros no território venezuelano. Expondo, além das deficiências de segurança em relação às fronteiras meridionais, a necessidade de ações para incrementar uma sólida parceria estratégica. Deu-se então, várias reuniões de alto nível que culminaram com o Protocolo de La Guzmania, assinado pelos Presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera, em março de 1994. Sendo este um marco nas relações entre os dois países, com mudanças significativas nas políticas externas, aproximando-as e, ao mesmo tempo, construindo laços regionalistas (GALVÃO, 2011).

Desde então, elas vinham crescendo em número e grau, como as visitas presidências, as várias reuniões de alto nível, os acordos em diversas áreas e a execução de projetos binacionais. E mesmo com a posse do Presidente Hugo Chávez, e as incertezas diante de um novo arranjo político fora do tradicional *Pacto de Punto Fijo*, intensificavam-nas. Este adensamento caminhava para um modelo comportamental que poderia se tornar um exemplo de política regional.

Porém, o ano de 2002 foi repleto de desafios que puseram em prova o amadurecimento político do Brasil e da Venezuela. No caso do primeiro, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva foi um momento de dúvidas sobre qual seria o seu comportamento na presidência. Vindo de um partido com um programa socialista, muitas especulações circulavam sobre como administraria os grandes desníveis socioeconômicos. Recebeu o apoio incondicional de Hugo Chávez que vislumbrava a formação de uma aliança socialista.

Enquanto na Venezuela as tensões políticas chegaram ao seu clímax quando do golpe de Estado de abril. Daí o apoio à ordem institucional por parte do Brasil, seja através de pronunciamentos, seja através de medidas concretas, como o envio de um

navio de combustível quando da greve petroleira que praticamente paralisou o país. Para Brasília era importante a estabilidade venezuelana porque, naquele momento, o êxito golpista poderia desequilibrar toda a região. Além da incerteza sobre a aproximação em curso.

Posto a sua liderança a provas, como no referendo revocatório (2006), Hugo Chávez iniciou mudanças para consolidar-se no poder: reforçou o centralismo, que já era uma de suas principais características, ampliou a oferta de serviços públicos à população mais carente via *misiones*, e iniciou um programa de reestruturação dos meios militares, instalando a Milícia Bolivariana e renovando parte de seu material de defesas. Medidas apoiadas por uma parcela significativa da população, entendida como uma nova roupagem do populismo¹⁰.

Assim, em 2006, Chávez maneja com habilidade o referendo sobre a sua permanência no poder, o que para ele sinalizou que o apoio popular implicava em um aprofundamento das reformas internas e em uma maior presença externa. O que levou à saída da *Comunidad Andina de Naciones* (CAN) e o seu pedido de membro pleno do Mercosul. Este pedido teve o apoio imediato da Argentina e do Uruguai e provocou no Senado brasileiro uma discussão sobre a conveniência do pedido. Enquanto no Senado paraguaio o pedido sofreu forte resistência o que obrigou ao então Presidente Fernando Lugo a retirá-lo de pauta. No caso brasileiro foi necessária a intervenção do Planalto e no caso paraguaio aproveitou-se da suspensão do mesmo para aprovar por fim a entrada venezuelana.

Parte desta rejeição estava no caráter intervencionista de Chávez, ou seja, as suas intervenções diretas nas eleições e nos governos de países como a Bolívia, Equador, Honduras e México. E as divergências que emergem em outras esferas como o papel a ser desempenhado pelo Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Enquanto o Brasil propõe que CDS seja um órgão consultivo e doutrinário, a posição venezuelana implicava em uma aliança militar anti-imperialista.

Recorrido os caminhos dos dois projetos em curso na América do Sul permanecem as dúvidas sobre que caminhos irão trilhar após o afastamento de Lula da

¹⁰ Para uma leitura sobre Chávez e o populismo consultar a Braig (2007).

Silva dos holofotes e não do ativismo político. Já a morte do Presidente Hugo Chávez representa muito mais que o fim de uma vida, representa o fim de uma era não só na política venezuelana, mas na política regional. Sua liderança carismática e a sua forma centralizada de governar indica traços de sua formação militar e de um ator com grande habilidade de comunicação e de comoção social.

Para os governos que os substituem, Dilma Rousseff e Nicolás Maduro, o peso sobre este é bem maior. Primeiro, aos olhares dos eleitores e seguidores de Chávez a indicação de Maduro foi aceita mais como uma fórmula de garantir certo continuísmo do que a crença em suas habilidades pessoais. Segundo, para a oposição a vitória de Maduro por uma ínfima margem demonstra que a estrutura de poder montada a partir de 1999 dificilmente resistirá sem a sua principal figura. Terceiro, o apoio fundamental dos militares ao governo depende do tratamento que será dispensado aos mesmos. Quanto ao projeto regional, a ALBA e as boas relações com Cuba deverão ser mantidas até mesmo para garantir apoio externo. Entretanto, o projeto maior está no Mercosul, onde deverá consolidar-se como um membro confiável. Para tanto, terá que optar entre o seu projeto de economia comunal e as adequações para competir com outros produtos além do petróleo e de seus derivados.

Referências Bibliográficas

ABDENUR, Roberto. “A Política Externa Brasileira e o ‘Sentimento de Exclusão’”. In: FONSECA, Gélson, CASTRO, Sérgio (organizadores). **Temas de Política Externa Brasileira II**. Volume I. Brasília: FUNAG, São Paulo: Paz e Terra, 1994, pp. 31-46.

ARELLANO, Félix. **La entrada de Venezuela al Mercado Común del Sur (MERCOSUR):** Implicaciones políticas y económicas. Caracas: ILDIS, 2013.

ARVELO, Alberto. **En defensa de los Insurrectos**. Mérida: Editorial Venezolana, 1992.

BRAIG, Marianne. ¿La longue dureé del populismo o el populismo como sombra de la democracia? In: MAIHOLD, Günther (ed.). **Venezuela en retrospectiva**. Los pasos hacia el régimen chavista. Madrid: Iberoamerica, Frankfurt am Main: Vervuert, 2007, pp. 291-296.

BATTAGLINI, Oscar. **La postguerra fría y la política de seguridad y defensa del Estado venezolano**. Caracas: Ediciones FACES-UCV, 2002.

BOTTÓ, Luis. Nuevo profesionalismo militar de seguridad interna y desarrollo nacional e intervención política de militares populistas y radicales en Venezuela. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frédérique. **Militares y Poder em Venezuela**. Caracas: UCAB: UPEL, 2005, pp. 139-177.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em agosto de 2013.

CARDOSO, Elsa. **Cuatro Escritos/Cuatro Momentos**. Caracas: Universidad Metropolitana, 2007.

GALVÃO, Thiago. **Parceria Relutante**: As relações entre o Brasil e a Venezuela (1810-2010). 2011. Tese de Doutorado (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

GARCIA, Marco. A política externa brasileira: novo ciclo histórico. **Panorama da Conjuntura Internacional**, São Paulo, 17, pp. 8-9, 2003.

GARRIDO, Alberto. **La Guerra (asimétrica) de Chávez**. Caracas: Alfadil, 2005.

HARDY, Alfredo. **La Maldición de Sisifo**. Caracas: Panapo, 1991.

IRWIN, Domingo. Sencillamente complicado: ¿reformulando las relaciones civiles y militares en Venezuela; um decálogo de buenas intenciones? In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frédérique. **Militares y Poder em Venezuela**. Caracas: UCAB: UPEL, 2005, pp. 311-375.

- KELLY, Jane; ROMERO, Carlos. **Venezuela y Estados Unidos. Coincidências y conflictos**. Caracas: Ediciones IESA, 2005.
- REIS, Fernando. “O Brasil e a América Latina”. In: FONSECA, Gélson, CASTRO, Sérgio (organizadores). **Temas de Política Externa Brasileira II**. Volume II. 2ª Edição. Brasília: FUNAG, São Paulo: Paz e Terra, 1997, pp. 2-42.
- ROMERO, Carlos. **Jugando con el Globo**. Caracas: Ediciones B, 2006.
- SARAIVA, Mirian. Integração regional na América do Sul: processos em aberto. **Análise de Conjuntura**, Rio de Janeiro, N° 7, 2010. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br>. Acesso em julho de 2013.
- SERBIN, Andrés. **Chávez, Venezuela y la Reconfiguración Política de América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2011.
- SOLANO, Xochitl. “Indigenismo, indianismo y ‘ciudadanía étnica’ de cara a las redes neozapatistas”. In: DÁVALOS, Pablo (compilador). **Pueblos Indígenas, Estado y Democracia**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 279-309.
- VIGEVANI, Tulio, CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- VILLA, Rafael. A política externa venezuelana de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo. **Análise de Conjuntura**, Rio de Janeiro, N° 10, outubro de 2007. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br>. Acesso em julho de 2013.
- VIZENTINI, Paulo. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.